

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 29.05.2025
ATA Nº 461

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, ordinariamente, às 09:00 horas, por videoconferência, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – SGB/CPRM, com a participação da Presidente do Conselho, Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, e das Conselheiras Titulares Flávia Filippi Giannetti e Isabela Sales Vieira. Atuou como Secretária Izabela Duarte Giffoni, chefe da Secretaria Geral (SEGER). Também participaram da reunião: o analista em geociências da SEGER, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior; o chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Flávio Augusto de Souza Pinheiro; e o Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Suliman Tadei de Souza. A Presidente do Conselho deu as boas-vindas a nova Conselheira, Isabela Sales Vieira, agradeceu a presença de todos e deu início à reunião, em que foram tratados os seguintes assuntos: **i. Execução Orçamentária e Financeira.** O Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Suliman Souza, apresentou a situação da execução orçamentária e financeira do SGB/CPRM no exercício de 2025, ressaltando o cenário de forte restrição orçamentária imposto pelo Decreto nº 12.416/2025, que fixou limites mensais de execução na proporção de 1/18 (um dezoito avos) do orçamento. Informou que, além da tardia aprovação da LOA 2025, a empresa enfrenta limitação de disponibilidade financeira para recursos RP2 (que não fazem parte do PAC), o que tem comprometido o pagamento de despesas correntes essenciais, como energia elétrica, contratos de fornecimento, serviços administrativos e manutenção mínima da estrutura. Destacou que foi preparado um plano de contingenciamento para lidar com a situação, o qual está sob análise da Diretoria Executiva, e que o pagamento das obrigações tem sido feito em escala reduzida e priorizada, de acordo com demandas emergenciais das áreas. Suliman Souza também informou que a Diretoria Executiva tem dialogado com o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Casa Civil visando obter suplementação orçamentária, e que as negociações seguem em andamento. Relatou que os cenários traçados pelos interlocutores governamentais sugerem possível alívio apenas no segundo semestre, condicionado à evolução da arrecadação e da execução de programas prioritários como o PAC. Em relação à recomposição do orçamento discricionário, o chefe do DECOF informou que seria necessário um aporte mínimo de R\$ 20 milhões em recursos RP2 para assegurar o funcionamento básico das unidades administrativas e da infraestrutura geocientífica da empresa. Ressaltou, contudo, que a necessidade estimada, conforme Nota Técnica elaborada pelo SGB/CPRM, seria da ordem de R\$ 40 milhões. As Conselheiras Ana Paula Bittencourt e Flávia Giannetti manifestaram preocupação com a sustentabilidade da execução orçamentária ao longo do exercício, destacando que, embora a empresa esteja adotando uma gestão responsável, o cenário atual é marcado por incertezas, com possível impacto no desempenho das ações finalísticas e no cumprimento das obrigações institucionais. Com base no contexto discutido, Suliman Souza apresentou os gráficos com as informações de execução (liquidação) de 18% da LOA, até maio de 2025, representando cerca de R\$22 milhões. Já em relação aos Restos a Pagar (RAP), registrou-se no mesmo período a liquidação de 56% do RAP não processado, cerca de R\$ 16 milhões. **ii. Assuntos da Contabilidade.** O Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Flávio Pinheiro, apresentou o balancete contábil referente ao mês de abril de 2025, destacando o lucro da ordem de R\$ 20 milhões, bem como as oscilações nas contas de receita e despesa, atribuídas principalmente à sazonalidade dos repasses financeiros do Tesouro Nacional. Explicou que as variações decorrem, em parte, do descompasso entre o reconhecimento das despesas e o efetivo recebimento de recursos para sua quitação, o que gera picos contábeis em determinados períodos, especialmente relacionados às obrigações com folha de pagamento. A Conselheira Flávia Giannetti reiterou solicitação para que os balancetes tragam comparativos com meses anteriores, de modo a facilitar a análise evolutiva dos dados financeiros e contábeis. A sugestão foi acolhida por Flávio Pinheiro, que se comprometeu a incluir colunas comparativas nos próximos relatórios, além de padronizar essa prática como rotina da DICOGE. Foram discutidas, ainda, as dificuldades enfrentadas na arrecadação de receita própria da Rede de Laboratório

(Rede LAMIN), especialmente em razão da limitação orçamentária mencionada, que impede o uso de recursos para os deslocamentos e atividades de campo, comprometendo a arrecadação de recursos do serviço de análise de água mineral. Flávio Pinheiro também discorreu sobre os processos de compensação e restituição tributária, detalhando a utilização de créditos oriundos de encargos pagos indevidamente ou a maior, dando como exemplo o abatimento, neste mês, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) via compensação de créditos acumulados. No tocante à restituição de tributos pagos indevidamente ou a maior, informou que a DICOGE tem atuado de forma preventiva e sistemática, procurando solicitar a restituição de todos os créditos com vencimento previsto para o ano corrente e o seguinte, no caso, 2025 e 2026, com o objetivo de evitar a perda de prazo legal. Em relação às certidões, foi mencionada uma pendência momentânea na certidão da Receita Federal, já superada, causada por divergência no preenchimento do sistema da nova plataforma de apuração de tributos. A inconsistência foi prontamente identificada e corrigida, permitindo a emissão regular da certidão válida até julho de 2025. Por fim, Flávio Pinheiro informou que a empresa se encontra em fase de transição para utilização integral do novo sistema contábil. A meta, segundo ele, é que os demonstrativos contábeis do segundo trimestre de 2025 já sejam gerados inteiramente pelo novo sistema, o que trará maior precisão, agilidade e confiabilidade ao processo contábil. A Conselheira Flávia Giannetti indagou sobre o andamento da proposta de recompra de ações nas mãos de acionistas privados, tendo o Chefe da DICOGE, Flávio Pinheiro, informado que tal aquisição será proposta à Diretoria Executiva, em conjunto com a apresentação das demonstrações contábeis do primeiro trimestre auditadas. Foi explicado à Conselheira Isabela Vieira, em sua primeira reunião no Colegiado, que um percentual pequeno das ações do SGB/CPRM estavam em poder de outros órgãos públicos, entretanto, alguns destes órgãos foram privatizados. O chefe da DICOGE informou que, conforme orientação recebida da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a recompra deverá se restringir às ações detidas por aquelas instituições que passaram por processo de privatização. A Conselheira Flávia Giannetti ponderou que, embora os volumes sejam residuais, a recompra das ações de forma ampla, ou seja, de todas as ações não pertencentes à União, seria a melhor situação, evitando uma dispersão acionária. Foi sugerido que o SGB/CPRM avalie incluir na proposta de recompra o custo-benefício de se abranger o total das ações ainda não em mãos da União, e não apenas aquelas em posse de instituições privadas.

iii. Demonstrativo de Contratos e Convênios. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Demonstrativo de Contratos e Convênios atualizado. Foi solicitado o encaminhamento de ofício reiterando a orientação quanto às pendências nas prestações de contas dos Convênios nº 016/2020 e nº 036/2019, firmados com a Marinha do Brasil, com vistas à regularização das referidas pendências e à conclusão das respectivas prestações de contas. Foi solicitada, ainda, uma apresentação sobre a gestão da frota de veículos do SGB/CPRM, a ser realizada pelo Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio (DEAMP), na próxima reunião.

iv. Dívidas de Cliente. O Conselho tomou conhecimento do relatório atualizado de dívidas de clientes, destacando não haver alterações relevantes.

v. Assuntos do Contencioso. O Conselho Fiscal tomou conhecimento da planilha de acompanhamento das ações do Contencioso da CPRM (nas áreas cível, tributária e trabalhista), e registrou não ter identificado destaques quanto a novas ações/alterações relevantes.

vi. Atas do Conselho de Administração - CA, Diretoria Executiva - DE e Comitê de Auditoria Estatutária - COAUD. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das atas da Diretoria Executiva DE 1361 e 1362, do Conselho de Administração CA 346, 347 e 348, e do Comitê de Auditoria COAUD 128, 129 e 130, sem manifestações adicionais. Solicitou que fosse elaborado ofício reiterando o questionamento sobre os desdobramentos do Processo SEI nº 48086.000871/2024-32, que trata da situação dos participantes do Programa de Pós-Graduação (PPG) que não concluíram seus cursos.

vii. Outros assuntos: O Conselho Fiscal tomou conhecimento do transcorrer da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025 e foi informado que a Ata da AGO já está publicada no site do SGB/CPRM. A Conselheira Flávia Giannetti solicitou que fosse realizado acompanhamento sistemático do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal, com a indicação das reuniões em que cada tema previsto foi efetivamente abordado. A Secretaria Geral (SEGER) irá elaborar esse acompanhamento para apresentação na próxima reunião do Conselho Fiscal. Também foram indicadas outras apresentações a serem programadas para reuniões futuras do Conselho, a saber: apresentação pelo Departamento de Recursos Humanos (DERHU) sobre a evolução dos benefícios pós-emprego, principalmente quanto à situação do plano de saúde e à situação atuarial do fundo de pensão dos empregados; apresentação da área de Governança sobre a política de avaliação dos administradores, o resultado do IC Sest 2024, e o Relatório de Atividades de Governança no 1º trimestre; e apresentação pela Auditoria Interna (AUDITE) sobre a apuração da Remuneração Variável dos

Administradores – RVA 2024. Por fim, foi proposto que a nova Conselheira, Isabela Vieira, participe de uma apresentação institucional, a ser organizada com o apoio da Superintendência de Planejamento Estratégico (SUPLAN), abordando temas como o planejamento estratégico, o plano de negócios e as áreas de atuação da empresa, com o objetivo de proporcionar sua ambientação em relação à estrutura organizacional do SGB/CPRM. A Conselheira Isabela Vieira sugerirá data para a realização da referida apresentação. Não havendo mais assuntos a serem tratados, deu-se por encerrada a reunião.

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Presidente

FLAVIA FILIPPI GIANNETTI

Conselheira

ISABELA SALES VIEIRA

Conselheira

IZABELA DUARTE GIFFONI

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT, Presidente do Conselho Fiscal**, em 07/07/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IZABELA DUARTE GIFFONI, Analista em Geociências**, em 09/07/2025, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA SALES VIEIRA, Membro do Conselho Fiscal**, em 14/07/2025, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA FILIPPI GIANNETTI, Membro do Conselho Fiscal**, em 31/07/2025, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2566859** e o código CRC **BAC503D0**.